

LITERATURA E ENSINO: O PAPEL DO PROFESSOR LEITOR NA FORMAÇÃO DE LEITORES LITERÁRIOS

ALEXANDRA SANTOS PINHEIRO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UFGD).

Resumo

Por relacionarmos os problemas enfrentados pelo Ensino de Literatura às questões que envolvem a “crise da leitura” é que chamamos para pauta a análise de Políticas Públicas direcionadas a atenuar a flagrante falta de compromisso com a leitura por parte de pais, da escola, dos alunos e de autoridades políticas. Vale lembrar que entendemos por Políticas Públicas as ações, programas e projetos de governo (e parcerias privadas), previstos em orçamentos que visam a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Para a proposta desse texto, interessa as direcionadas à educação, mais especificamente, às ações que objetivam promover práticas de leituras. Trabalhamos com a premissa de que é preciso somar a esses esforços, dentre outras ações, uma transformação socioeconômica (direcionada à construção de uma sociedade menos desigual) e uma maior motivação ao professor (desmotivados, dentre outros motivos por: baixos salários, a maioria dos professores do ensino fundamental são mulheres, chefes de família que tem até 3 jornadas de trabalho, o stress a que estão sujeitos cotidianamente, a violência, etc.). É preciso que o professor não seja obrigado a trabalhar com a leitura, ele precisa acreditar na importância desse trabalho, na função humanizadora da Literatura. Como afirma Bordini, para que a leitura da obra literária ocorra, é preciso, dentre outros elementos citados pela autora, que exista o “professor leitor com boa fundamentação teórica e metodológica”, pois é ele quem vai selecionar a grande quantidade de obras oferecidas pelos mercados editoriais. A presente comunicação abordará, portanto, a importância do professor leitor para o trabalho de formação de leitores. O intuito é de pensar formas para que a leitura literária esteja efetivamente presente em sala de aula.

Palavras-chave:

Literatura, Ensino, Professor.

Por relacionarmos os problemas enfrentados pelo Ensino de Literatura às questões que envolvem a “crise da leitura” é que chamamos para pauta a análise de Políticas Públicas direcionadas a atenuar a flagrante falta de compromisso com a leitura por parte de pais, da escola, dos alunos e de autoridades políticas. Vale lembrar que entendemos por Políticas Públicas as ações, programas e projetos de governo (e parcerias privadas), previstos em orçamentos que visam a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Para a proposta desse texto, interessa as direcionadas à educação, mais especificamente, às ações que objetivam promover práticas de leituras. Trabalhamos com a premissa de que é preciso somar a esses esforços, dentre outras ações, uma transformação socioeconômica (direcionada à construção de uma sociedade menos desigual) e uma maior motivação ao professor (desmotivados, dentre outros motivos por: baixos salários, a maioria dos professores do ensino fundamental são mulheres, chefes de família que têm até 3 jornadas de trabalho, o stress a que estão sujeitos cotidianamente, a violência,

etc.). É preciso que o professor não seja obrigado a trabalhar com a leitura, ele precisa acreditar na importância desse trabalho, na função humanizadora da Literatura. Como afirma Bordini, para que a leitura da obra literária ocorra, é preciso, dentre outros elementos citados pela autora, que exista o “professor leitor com boa fundamentação teórica e metodológica”, pois é ele quem vai selecionar a grande quantidade de obras oferecidas pelos mercados editoriais. A presente comunicação abordará, portanto, a importância do professor leitor para o trabalho de formação de leitores. O intuito é de pensar formas para que a leitura literária esteja efetivamente presente em sala de aula.

O professor: mediador entre texto e leitores

Ao enfocarmos a importância do professor para a formação de leitores literários, não desejamos atribuir somente a ele a responsabilidade por despertar nos educandos o prazer à leitura literária. Sabemos que essa é uma questão, no Brasil, comprometida pela desigualdade social, pelo preço dos livros, etc. Conseqüentemente, a maioria dos alunos de escolas públicas terá os primeiros contatos com livros na escola, o que torna significativo o papel desse mediador. Da mesma forma que constatamos essa realidade, percebemos, nos cursos de formação continuada, experiência que nos acompanha há seis anos, o pouco contato do professor com o livro. Raramente, o professor de Língua Portuguesa e de Literatura lembra-se do último livro literário que leu na íntegra. Essa constatação surge quando iniciamos o curso de formação continuada e indagamos, no intuito de conhecer o público com quem iremos dialogar, o que é Literatura para eles, como selecionam o texto a ser discutido, como acontecem suas aulas de Literatura, qual o último livro que leram ou que estão lendo.

A maioria escolhe a partir da orientação do livro didático, não aborda a literatura produzida em seu estado ou cidade e não dialoga com a Academia de Letras de seu município. Acerca do que leem, raramente algum professor aponta uma leitura literária, a maioria, quando está lendo, indica livros classificados como auto-ajuda. Outro aspecto que impressiona refere-se ao diálogo entre a graduação e sua prática docente. Abordamos em nossos cursos de formação continuada a importância de utilizar o conhecimento da teoria literária para ensinar a ler literatura, apontamos, também, a necessidade de instigar o educando a perceber os elementos que marcam os gêneros literários e como esses elementos se relacionam no texto.

Nesse ponto, fica explícito que a maioria não consegue se lembrar das aulas de teoria que tiveram durante a graduação. Ao invés de se auto-questionar, a maioria prefere afirmar que a deficiência não está em saber ou não a teoria que marca cada gênero, mas sim na falta de interesse dos educandos. De que não há como incentivá-los a gostar de ficção. Todavia, são esses mesmos jovens que alimentam a audiência das séries para adolescentes como *Malhação* e *Hanna Montana*. O que são essas séries? São ficção, enredos pautados em personagens que correspondem aos aspectos físicos e psicológicos dos jovens que acompanham as ações. Também se trata de uma ficção marcada por temas clássicos como amor, traição, o bem e o mal. Somado a temas modernos como a questão do consumismo. Munido de conhecimento teórico, o professor teria pouca dificuldade em mostrar a esses educandos que se dizem desinteressados pela leitura literária como a prática social e familiar e as escolhas dos programas que assistem na TV afirmam o contrário.

Como compreender a dinâmica desse professor? Pensamos que essa postura é reflexo tanto da trajetória educacional desse sujeito quanto do seu curso de licenciatura. As Universidades, mesmo as públicas, parecem que firmaram o pacto da aprovação, mesmo que o acadêmico apresente poucas habilidades para a leitura e a produção do texto escrito e oral. Para muitos, a reprovação seria uma forma de desmotivar esse indivíduo que superou vários obstáculos para ocupar uma cadeira universitária. Para nós, o pacto da aprovação implica em alimentar o sistema educacional brasileiro, marcado por aulas medíocres, pautadas em livros didáticos e na pouca ênfase ao processo de ensinar a ler Literatura e a reescrever, a partir da correção interativa, o texto.

Todavia, para tratar da importância do Ensino de Literatura na Formação do estudante dos ensinos Fundamental e Médio faz-se necessário, antes de qualquer questão, dialogar com algumas concepções de Literatura. Com base nas funções da Literatura apresentadas por Antonio Candido, no livro *Aula*, de Roland Barthes, e com base, ainda, na pesquisa de estudiosos da prática de Literatura, desenvolveremos um debate que pretende trazer à tona questões como: o lugar da Literatura nos Parâmetros Curriculares; a formação docente; e o lugar da Literatura nos ensinos Fundamental e Médio, abordando, nesse último tópico, a questão da metodologia e da seleção de obras.

Diante de uma sociedade tão tecnológica, com importantes descobertas científicas, em que o indivíduo, na mais tenra idade, tem acesso à internet e a partir dela ouve música, joga, assiste filmes, conhece lugares e pessoas, por que

insistir na Literatura (no livro literário)? Por que se empenhar para que nossos alunos (e nós também) tenham na obra literária uma opção para o prazer, para o conhecimento e para a formação subjetiva e social? Nas palavras de Roland Barthes, encontramos um primeiro argumento em defesa da permanência ou da implantação da leitura literária: “Se, por não sei que de excesso de socialismo ou barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário” (Roland Barthes, 1980, p. 05).

A afirmação do estudioso pode ser sustentada, inclusive, com a Teoria da Literatura Comparada, responsável por mostrar o quanto tênue é a fronteira entre a Literatura e outras áreas do saber: pintura, música, antropologia, sociologia, psicologia, História, etc. Mas nem o belo depoimento de Barthes nem a Literatura Comparada são suficientes para amenizar a chamada crise de leitura debatida no Brasil desde a década de 70 do século XX. Regina Zilberman mostra algumas contradições em relação à chamada crise de leitura. De acordo com sua pesquisa, nos anos 70, quando iniciaram efetivamente as reflexões sobre a (não) leitura, acontecia o crescimento da população urbana, decorrente da oferta de trabalho nas indústrias. Esse aumento da população urbana, por sua vez, exige uma reformulação da estrutura escolar, devido à ampliação do número de alunos. Assim, dentre as novas propostas pela reforma de ensino instituída nesse período, o texto literário ganha destaque em sala de aula, as editoras passam a investir na publicação de obras infantis e um elevado número de livros passa a circular nos acervos escolares.

O apontamento histórico que apresentamos demonstra que, aparentemente, não há lugar para a chamada crise de leitura. Se houve o aumento do público leitor e a ampliação na oferta de obras literárias, onde estaria a crise? De acordo com Zilberman, a contradição instalava-se na recusa à leitura. O público leitor, em potencial, não demonstrava interesse pela leitura das obras literárias. Essa recusa, infelizmente, ainda é a motivação para o debate acerca do ensino de Literatura. A diferença é que ao debate é acrescido outros (não) leitores: os professores e a família.

Nos cursos de formação de professores, insistentemente lembramos que só ensinamos o que sabemos e que com os crianças e adolescentes a política do “faça o que eu digo não o que eu faço” não emplaca. Mesmo assim, é comum ouvirmos depoimentos em que os professores colocam-se como sujeitos desmotivados financeiramente e desvalorizados demais para trocar a novela das oito por uma

Literatura: “é minha hora de lazer”, afirmou, no ano passado, uma professora da 4ª série, do município onde trabalhávamos. De certa forma, essa professora tem razão. Embora a obra literária possa, como aponta Antonio Candido, contribuir para refletir sobre a vida e o mundo, oferecendo mecanismos para compreender nossas subjetividades, nossas alteridades, a questão da sexualidade, da morte e da ética, para citar apenas alguns pontos, o ato de ler é um processo trabalhoso que exige, como salienta Ricardo Azevedo “esforço, treino, capacitação e acumulação” (*Apud*, JUNQUEIRA, Renata, 2004, p. 23).

O curso de licenciatura em Letras deveria, a nosso ver, possibilitar o debate sobre o Ensino de Literatura no ensino Fundamental e no Ensino Médio. Isso deveria ocorrer não apenas a partir das disciplinas de Estágio e prática, mas num diálogo constante com as demais disciplinas de Literatura, uma vez que todas são essenciais para, com o perdão da redundância, a formação de formadores de leitores. Acreditamos ser o estágio o responsável por apresentar ao graduando a realidade escolar e por inculcar-lhe o sentimento de que os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação não são suficientes para o exercício docente, mostrando-lhe, assim, a necessidade de constante pesquisa. Todavia, sem o conhecimento teórico das demais disciplinas, a prática docente fica incompleta.

Para tratar da questão da formação de professores, na concepção de professor-pesquisador, tomamos como referência a obra de Selma Pimenta, *O estágio na formação de professores*; a pesquisa de Ivani Fazenda, “o papel do estágio nos cursos de formação de professores”, publicada na obra *A prática de ensino e o estágio supervisionado*, obras que versam mais sobre a importância do estágio, e o livro *Pesquisa: princípios científicos e educativos*, de Pedro Demo, que vai apontar caminhos para a atuação de um professor-pesquisador.

Apesar de sua obra se ater à investigação da formação do magistério, Selma Pimenta constata um fato que, muitas vezes, pode ser percebido nos cursos de licenciatura do ensino superior. Conforme a autora, os estagiários ficam confusos durante a regência porque percebem que os conteúdos aprendidos durante o curso não condizem com a realidade da sala de aula do ensino fundamental. Se pensarmos no curso de licenciatura em Letras, quantos graduados, diante de sua primeira experiência profissional, sentem-se perdidos diante dos conteúdos a serem ministrados?

A carga horária destinada ao estudo da lingüística não lhe dá subsídios para trabalhar com alunos que, muitas vezes, chegam ao final do ensino fundamental,

ou mesmo do ensino médio, sem as habilidades necessárias para estruturar um texto escrito com o mínimo de coerência e coesão. E o que dizer das aulas de Teoria Literária? Como ler com os educandos do Ensino Médio as obras de Machado de Assis, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto? Cânones que, no discurso dos professores de teoria literária, pareciam tão inteligíveis, mas que para a maioria dos “leitores” do Ensino Médio são incompreensíveis.

Acreditamos que o Estágio supervisionado deveria oportunizar essa reflexão. Deveria representar o momento em que o acadêmico pensaria sobre o curso de Letras, sobre o conhecimento adquirido e sobre as limitações dele (graduando) e de seu curso diante da realidade que o espera do lado de fora da Universidade. Nesse sentido, o Estágio deveria oferecer ao futuro licenciado a oportunidade de compreender o conteúdo teórico do curso, o que seria tão importante quanto pensar sobre a melhor metodologia para passá-lo aos alunos dos ensinos fundamental e médio.

Embora a experiência da pesquisadora Ivani Fazenda seja voltada para a licenciatura em Pedagogia, vale a pena trazer as suas considerações para o debate sobre o Estágio. A partir do relato de uma pesquisa-ação, a autora mostra possíveis alternativas para superar os desafios dos estágios supervisionados nos cursos de licenciatura. Fazenda caracteriza a trajetória escolar dos acadêmicos de licenciatura como estados de hibernação, porque poucas vezes é possibilitado a eles refletir sobre o conteúdo, apenas copiam fragmentos quando uma pesquisa, ao longo dos ensinos fundamental e médio, é recomendada.

Diante dessa constatação, a atitude da pesquisadora foi a de promover aos seus orientandos de estágio o processo de autoconhecimento. Assim, antes de observar e agir na realidade escolar, os acadêmicos investigaram a realidade escolar que antecedeu o nível superior de ensino. Em seguida, os acadêmicos pesquisaram, a partir de entrevistas, a realidade da escola em que fariam o Estágio, que passou a ser um Estágio-pesquisa.

A denominação adotada por Ivani Fazenda levou-nos a investigar a concepção de pesquisa para Pedro Demo, um autor chave para a reflexão teórica-metodológica da pesquisa. De acordo com Pedro Demo, o professor dos ensinos Fundamental e Médio não se coloca como pesquisador porque, na universidade, foi “domesticado” (palavra do autor) a imitar. Para deixar de ser um “reles ensinador” (novamente adotamos a terminologia do autor), o professor necessitaria, para Pedro Demo, repensar sua atitude e aprender a ser pesquisador.

Ao tratar da prática do educador, Pedro Demo afirma que ela (a prática) deve estar pautada na teoria, que deve, por sua vez, ser confrontada com a realidade histórica. Como ficaria, diante das apreciações acima, o Ensino de Literatura? O curso de Letras, de forma geral, tem a responsabilidade de formar professores com conhecimento teórico para atuar no ensino de Literatura, adotando uma prática coerente com o referencial teórico e com a realidade social, econômica e histórica do grupo que pretende formar. A união entre teoria e prática deveria nortear a prática docente. Desta forma, o ensino de Literatura no ensino Fundamental e no Ensino Médio não ficaria prejudicado pela fragilidade conceitual de alguns docentes que se escondem nos livros didáticos e os usam sem nenhum tipo de senso crítico.

Ao longo do século XIX, a Literatura foi amparada pela crença de que a palavra tinha um poder ilimitado e de que a prática de Literatura era uma espécie de veículo tradutor da realidade, com o poder de espelhar o mundo e seus contornos. Hoje, a visão da Literatura busca, como afirma Marisa Lajolo, a “grande aventura da significação provisória”, transformando esse provisório na “arma de sua permanência”. A arte literária passa a ser vista como “instauração de uma realidade, apreensível apenas na medida em que permite o encontro de escritor e leitor sem que, entre ambos, haja qualquer acordo prévio quanto a valores, representações, etc.

Por outro lado, a concepção de Literatura relaciona-se, diretamente, com a questão da leitura, entendendo-a como um processo de construção de sentidos. Como afirma Vernier, “escrever, como ler, é sempre lançar questões à linguagem, às normas estéticas estabelecidas”. Antonio Candido afirma que a Literatura tem a capacidade de “confirmar a humanidade do homem”, derivando, entre suas funções a de “satisfazer à necessidade universal de fantasia, contribuir para a formação da personalidade e ser uma forma de conhecimento do mundo e do ser” (Cf. *Ciência e Cultura*). Pela importância que acreditamos ter a Literatura, observamos que ela merece uma discussão contínua, na medida em que, tanto o fato literário como a crítica e a teoria que de se ocupam estão ligados ao momento histórico em que são produzidos.

O papel do professor leitor na Formação de leitores literários, para retomar o título dessa comunicação, seria, primeiro, o de ser leitor literário; segundo, o de estar em constante formação e, terceiro, o de encarar a disciplina de Literatura como algo que vai além das escolas literárias. É preciso ensinar a ler Literatura, é imprescindível ensinar a ler os diferentes gêneros literários, é necessário valorizar a

Literatura com a qual o educando convive, mas, também, é preciso ensinar a ler a Literatura que compõe a tradição literária.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Vera Teixeira de (coord.). Era uma vez na escola: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. (Educador em formação).

AZEVEDO, Ricardo. "Razões para a formação de leitores". In.: SOUZA, Renata Junqueira (org.). *Caminhos para a formação do leitor*. São Paulo: DCL, 2004.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BORDINI, Maria da Glória & AGUIAR, Vera Teixeira. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Nacional, 1973.

COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípios científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1999.

FAZENDA, Ivani Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli, Discurso e leitura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, Aparecida (org.). Literatura e Letramento: espaços, suportes e interfaces, o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Renata Junqueira (org.). Caminhos para a formação do leitor. São Paulo: DCL, 2004.

ZILBERMAN, Regina & MAGALHÃES, Ligia Cademartori. Literatura Infantil: autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 1987.

ZILBERMAN, Regina. (Org.). Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.